

Ofício nº 009/2024 NA AME/CDD

São Paulo, 29 de agosto de 2024.

Ao Exmo. Senhor
Senador Paulo Paim
Presidente
Comissão de Direitos Humanos
Senado Federal
Email: cdh@senado.leg.br

Assunto: Sugestão legislativa para o aprimoramento das Políticas Públicas de Saúde.

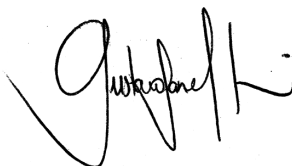
Excelentíssimo Senhor,

A **CDD - Associação Crônicos do Dia a Dia**, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no 30.460.064/0001-36, dedicada a promover informações, o bem-estar e a defesa dos direitos dos cidadãos que convivem com Doenças Crônicas em todo o país, situada à rua São João D'Aliança, 282 - Vila Galvão, Guarulhos - SP, 07064-130, vêm, respeitosamente, perante V. Exa., apresentar sugestão legislativa relevante para o aprimoramento das políticas públicas de saúde em nosso país.

Solicitamos encarecidamente que Vossa Excelência avalie nossa proposta e, se julgar pertinente, a encaminhe para análise e discussão no âmbito legislativo. Acreditamos que essa medida contribuirá significativamente para o fortalecimento do sistema de saúde e para o bem-estar de todos os cidadãos brasileiros.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



Gustavo San Martin
Presidente da AME/CDD

SUGESTÃO Nº , DE 2024

DA ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA

Altera a redação da Lei nº 8.080/90, para instituir a obrigatoriedade de audiência pública, no processo de incorporação, exclusão e alteração de tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS), na hipótese que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV, do art. 19-R, da Lei nº 8.080/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19-R.:

§ 1º.;

IV – Realização de audiência pública, antes da tomada de decisão, aberta a qualquer interessado, inclusive de forma virtual, sempre que a CONITEC expedir recomendação final desfavorável à incorporação ou favorável à desincorporação de tecnologias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa aperfeiçoar o processo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), fortalecendo a transparência, a participação social e o rigor técnico nas decisões da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC). A proposta estabelece a obrigatoriedade da realização de audiências públicas, abertas a qualquer interessado, inclusive de forma virtual, sempre que a CONITEC emitir recomendação final desfavorável à incorporação ou favorável à desincorporação de tecnologias.

O principal fundamento desta medida reside na mitigação de possíveis ruídos e vieses inerentes às decisões colegiadas. Estudos referenciados por Daniel

Kahneman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, em sua obra *Ruído*, destacam que julgamentos coletivos, mesmo em ambientes técnicos, estão sujeitos a inconsistências e variações indevidas entre avaliadores, resultando em decisões não uniformes e potencialmente influenciadas por fatores subjetivos. No caso da CONITEC, em que as deliberações envolvem até 15 membros com diferentes perspectivas e possíveis vieses, há o risco de que essas variações comprometam a coerência e a qualidade das recomendações finais.

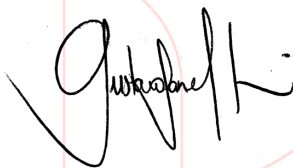
A inclusão de uma audiência pública antes da tomada de decisão final visa proporcionar uma oportunidade para que eventuais inconsistências ou erros de julgamento possam ser identificados e corrigidos antes da publicação da Portaria decisória. Essa etapa adicional oferece um espaço para que a sociedade, especialistas e demais partes interessadas apresentem contribuições relevantes, assegurando que o processo de ATS seja mais abrangente, técnico e alinhado com as necessidades do SUS.

O fortalecimento da participação social, por meio da obrigatoriedade de audiências públicas, contribui significativamente para a credibilidade e a legitimidade das decisões da CONITEC. Essa medida permitirá que o processo de avaliação seja não apenas tecnicamente robusto, mas também mais democrático, uma vez que todos os interessados terão a chance de expressar suas opiniões e preocupações.

Dessa forma, propõe-se a alteração do inciso IV, do §1º, do art. 19-R, da Lei 8.080/90, para estabelecer a compulsoriedade das audiências públicas no processo de incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias no SUS, sempre que a CONITEC emitir recomendação desfavorável à incorporação ou favorável à desincorporação de tecnologias. Com essa mudança, busca-se assegurar decisões mais justas, equilibradas e alinhadas com as reais necessidades de saúde da população.

Certos da relevância desta proposta, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação da matéria, na certeza de que ela trará benefícios significativos ao processo de ATS no SUS e, conseqüentemente, à saúde da população brasileira.

Atenciosamente,



Gustavo San Martin
Presidente da CDD

ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 – Sala 507 - Guarulhos – SP – Brasil – CEP.: CEP 07020-010
contato@acdd.org.br

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA – ACDD

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DA DURAÇÃO E DO OBJETO SOCIAL

• DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA ASSOCIAÇÃO

Artigo 1º - A *Associação Crônicos do Dia a Dia* – ACDD, doravante denominada ACDD, é uma associação não governamental, assistencial e filantrópica, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado, tendo como missão informar, agrupar, conscientizar e representar pacientes, seus amigos, familiares e a sociedade em geral, quanto aos principais assuntos relacionados com as Doenças Crônicas e condições de saúde das pessoas.

• DA SEDE E DO TEMPO DE DURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 2º - A ACDD tem sua sede na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, sito na Rua Emílio Ribas, 1056 – Sala 507 – Jardim Tijuco – Guarulhos – SP – CEP 07020-010, podendo abrir e encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do país ou no exterior, conforme deliberação da Assembleia Geral.

• DA FINALIDADE SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 3º - A ACDD tem por objeto social apoiar e fomentar atividades sociais, culturais, assistenciais e comunitárias, articular e capacitar às organizações da sociedade civil quer sejam nacionais ou internacionais, bem como obter e gerir os recursos para a formação de um fundo para promoção do investimento social, visando à divulgação e o esclarecimento de patologias crônicas e condições de saúde diferenciada das pessoas, a fim de prestar assistência e orientação a estas pessoas e seus familiares, objetivando a inclusão social, destas. Igualmente, a ACDD tem por objeto social a defesa dos direitos e interesses das pessoas com doenças crônicas ou outras condições de saúde.

§1º – A ACDD utilizará de todos os meios adequados e permitidos na lei, para a consecução de sua missão e de seu objeto social, quais sejam:

- a) Aproximar pessoas com doenças crônicas e outras condições de saúde, e pessoas físicas ou jurídicas, leigos ou profissionais, que possam oferecer àqueles melhores condições de tratamento e de convivência.
- b) Organizar e estabelecer uma rede para viabilizar articulação entre as entidades sem fins econômicos, que tenham os mesmos objetivos da ACDD, em todo o território nacional, bem como criar benefícios e serviços para o fortalecimento de entidades locais;
- c) Promover, apoiar e desenvolver a pesquisa, o estudo, a cultura, através de publicações (edição, própria ou por meio de terceiros) de livros e revistas de natureza técnica, cultural e artística, vídeos e quaisquer outros meios de divulgação e comunicação, dentro das necessidades inerentes às atividades da ACDD;
- d) Apoiar, logística e financeiramente, quando possível, as atividades de entidades assistenciais, de saúde, de promoção cultural, educacionais e de meio ambiente, localizadas em todo o território nacional;
- e) Promover e patrocinar cursos, palestras, simpósios e conferências visando o desenvolvimento sócio-econômico e cultural de sua comunidade e/ou da comunidade de seus mantenedores, bem como criar e gerir um fundo para a promoção de suas atividades fins e ainda promover campanhas de arrecadação de fundos para promoção e apoio de suas atividades, bem como de projetos sociais próprios ou de terceiros;
- f) Participação, na qualidade de parceira, sócia ou acionista, de uma ou mais sociedades ou entidades, para explorar quaisquer atividades que lhe sejam correlatas ou afins, podendo tais sociedades ou entidades ter, inclusive fins lucrativos;
- g) Prestar serviços e exercer atividades remuneradas, praticando, enfim, quaisquer atos



ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 – Sala 107 – Guarulhos – SP – Brasil – CEP.: CEP 07020-010
contato@acdd.org.br



e atividades lícitas visando à consecução de seus objetivos, mesmo que não estejam elencados neste Estatuto, desde que previamente aprovados pelo Conselho Diretor;

h) Captar recursos e financiar programas e projetos sociais que atendam às necessidades dos pacientes de patologias crônicas e condições de saúde diferenciada, desde que previamente aprovados pelo Conselho Diretor;

i) Divulgar, através de todos os meios de alcance, a problemática dos pacientes crônicos em geral e das pessoas com condição de saúde diferenciada, promovendo campanhas de esclarecimento e informação;

j) Promover, junto aos poderes públicos, Executivo, Legislativo ou Judiciário, a obtenção de medidas de proteção aos interesses e direitos dos pacientes crônicos em geral e das pessoas com condição de saúde diferenciada.

k) Através de boletins informativos, reunir e disseminar informações referentes a trabalhos realizados pelos pacientes de patologias crônicas e de pessoas com condição de saúde diferenciada, sobre a problemática de suas enfermidades;

l) Por em prática outras atividades necessárias à concretização da sua missão, podendo, inclusive, observando os preceitos legais, dispor de departamento jurídico para defesa dos interesses de ACDD, desta forma visando o desenvolvimento ao programa de atuação nacional, a ACDD, terá como objetivo fomentar, apoiando a constituição de outras organizações, associações ou fundações, que visem tratar da disseminação da missão da ACDD, o que fará prestando todo suporte técnico. Estas instituições passarão a ser consideradas INSTITUIÇÃO PARCEIRA da ACDD.

§2º – A dedicação às atividades previstas no “caput” e no Parágrafo 1º configura-se mediante a execução direta de projetos, programas e/ou planos de ação; doação de recursos físicos, humanos e/ou financeiros; ou, ainda, pela prestação de serviços a outras organizações, com ou sem fins econômicos, e a órgãos do setor público ou privado que atuem em áreas afins.

§3º – A ACDD poderá alienar ou dispor de produtos e serviços decorrentes das atividades relacionadas no presente artigo, sendo toda a renda, recursos ou resultados operacionais obrigatoriamente aplicados na consecução de seus objetivos institucionais, e, em nenhuma hipótese, os lucros poderão ser distribuídos entre os associados, diretores, instituidores, benfeitores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica ligada à ACDD.

§4º – A ACDD poderá, no sentido de obter recursos necessários à consecução de seus objetivos, explorar atividades correlatas além das previstas no presente artigo, a critério do Conselho Diretor, com a devida aprovação da Assembléia Geral.

§5º – “A ACDD poderá, para atingir seus objetivos, celebrar contratos, convênios, termos de parceria e outros acordos com o Poder Público, entidades privadas e organismos nacionais ou internacionais, independentemente da finalidade dos mesmos.”

§6º – A ACDD atuará em estrita consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

§7º – A ACDD, por intermédio de cada um de seus órgãos, deverá adotar práticas suficientes para coibir a obtenção de benefícios ou vantagens pessoais por parte de seus associados, dirigentes ou colaboradores a qualquer título, em decorrência da participação destes no desempenho das atividades supra mencionadas.

ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 – Sala 507 – Guarulhos – SP – Brasil – CEP.: CEP 07020-010

contato@acdd.org.br

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO SOCIAL E DA DISSOLUÇÃO DA ACDD

• DO PATRIMÔNIO

Artigo 4º - Constituem patrimônio da **ACDD** todos os bens móveis, imóveis, direitos e valores que esta possui e vier a adquirir, bem como as doações, legados, subsídios, auxílios e outras receitas por ela recebidas sob qualquer forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento de suas finalidades sociais.

Artigo 5º - O patrimônio da **ACDD** será aplicado exclusivamente no território nacional e no desenvolvimento de suas finalidades e objetivos.

Artigo 6º - Todo o patrimônio e recurso financeiro da **ACDD** será destinado integralmente à realização de seus projetos e objetivos, que terão sua ordem prioritária determinada pelo Conselho Diretor, e executados pelo Superintendente, devendo ser integralmente aplicado no país.

Parágrafo Único - Em nenhuma hipótese estes recursos poderão ser distribuídos entre os associados, diretores, instituidores, benfeitores, conselheiros, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica ligada a **ACDD**, direta ou indiretamente.

Artigo 7º - A Assembléia Geral poderá rejeitar as doações e legados disponibilizados à **ACDD**, que sejam gravados ou apresentem encargos de qualquer espécie, ou, ainda, que sejam ilícitos e contrários aos seus objetivos.

• DA DISSOLUÇÃO

Artigo 8º - No caso de dissolução e liquidação da **ACDD**, pagos todos os compromissos e obrigações, o remanescente e seus bens deverão ser revertidos em benefício de entidade congênere, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conforme deliberação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO III

DA ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS DA ACDD, SUAS CATEGORIAS, SEUS DIREITOS E DEVERES

• DA ADMISSÃO E DAS CATEGORIAS DOS ASSOCIADOS

Artigo 9 - Poderão ser admitidas como associadas todas as pessoas físicas ou jurídicas que simpatizarem com os objetivos sociais da entidade e quiserem colaborar na consecução dos objetivos da **ACDD**.

Artigo 10 – Haverá a seguinte categoria de associados:

§1º - Quanto às Pessoas Jurídicas:

- a) Mantenedores; e
- b) Instituição PARCEIRA

§2º - Quanto às Pessoas Físicas:

- a) Fundadores;
- b) Efetivos; e
- c) Honorários.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' followed by a flourish.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'S' followed by a flourish.

ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 – Sala 107 – Jd. Horto – SP – Brasil – CEP.: CEP 07020-010
contato@acdd.org.br

REGISTRO CIVIL

DIGITALIZADO Nº

155545

1º Oficial de Registro Civil
de Pessoa Jurídica

• DAS CATEGORIAS DE ASSOCIADOS DOS ASSOCIADOS – PESSOAS JURÍDICAS

Artigo 11- São associados Mantenedores as pessoas jurídicas que operam como provedores de recursos, quer sejam financeiros ou fornecedores de suprimentos, serviços e/ou materiais, à garantia de realização das atividades da **ACDD**.

Artigo 12 - São associados Instituição PARCEIRA as pessoas jurídicas sem fins econômicos de caráter filantrópico, que apresentam efetivo engajamento com a missão da **ACDD** e que contribuam para as atividades da **ACDD**.

Parágrafo Único - Serão aceitos como associados Instituição PARCEIRA as pessoas jurídicas que preencham os requisitos, supracitados e que tenham seu nome proposto e aprovado em Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto.

• DOS ASSOCIADOS – PESSOAS FÍSICAS

Artigo 13 – São associados Fundadores, as pessoas físicas que assinaram a Ata de Constituição da **ACDD**.

Artigo 14 – São associados Efetivos, todos os que vierem a se associar à **ACDD**, *que não forem enquadrados nas demais classificações, neste capítulo elencadas*, mediante indicação do Conselho Diretor e/ou da Superintendência, e aprovação da Assembleia Geral;

Artigo 15 – São associados Honorários, pessoas públicas, de notória reputação que prestem ajuda material ou moral para o engrandecimento da **ACDD**, desde que apresentado por qualquer associado e aprovado por pelo menos 1/3 (um terço) dos associados, em maioria simples, em Assembleia Geral.

Artigo 16 - O ingresso do associado, pessoa física, dar-se-á através de cadastro do o qual será submetido à aprovação dos membros do Conselho Diretor, para aprovação, por maioria simples dos associados em Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Qualquer membro da **ACDD** poderá a qualquer tempo, solicitar sua retirada da mesma, mediante comunicação/requerimento expresso ao Conselho Diretor.

• DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS DA ACDD

Artigo 17 – São direitos de todos os associados da **ACDD**:

- participar das AGO's e AGE's tendo direito a voto;
- postular e propor candidaturas para os Conselhos Diretor e Conselho Fiscal;
- participar em igualdade de condições dos benefícios que derivem da atividade da **ACDD** e de todos os serviços que a **ACDD** proporcionar, observados os outros dispositivos deste instrumento;
- apresentar sugestões ao Conselho Diretor da **ACDD**, bem como tornar público, por qualquer meio de comunicação que utilizarem, seu caráter de membro da **ACDD**.

§1º – Todo associado, independente de sua categoria, terá direito ao voto. Contudo, para efetivo exercício deste direito, o associado deverá comprovar participação assídua nas atividades da **ACDD**. Esta assiduidade somente será comprovada pela frequência mínima de 01 (um) comparecimento, a cada mês, nas atividades da **ACDD**.

ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 – Sala 507 - Guarulhos – SP – Brasil – CEP.: CEP 07020-010
contato@acdd.org.br

§2º – O associado inadimplente perderá seu direito ao voto e aos serviços adicionais da ACDD, ainda que tenha cumprido a exigência do Parágrafo 1º.

§3º – Compreende-se como atividades da **ACDD** os eventos indicados no Calendário da Instituição, que é informado e publicado por via eletrônica, site, redes sociais e informativos fixados na sede da instituição.

• DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS DA ACDD

Artigo 18 - São deveres de todos os membros da **ACDD**:

a) cumprir as atribuições e determinações da Assembleia Geral, do Conselho Diretor e Conselho Fiscal;

b) cumprir todas as normas contidas no Estatuto Social, bem como cumprir todas as deliberações tomadas em Assembleia Geral, ou decisões tomadas pelo Conselho Diretor.

c) Pagar pontualmente as mensalidades.

• DA EXCLUSÃO (DEMISSÃO) OU RENÚNCIA DOS ASSOCIADOS DA ACDD

Artigo 19 – Os associados poderão ser excluídos, por decisão do Conselho Diretor, devidamente validada pela Assembleia Geral, quando:

a) infringir qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;

b) deixar de cumprir quaisquer de seus deveres e/ou infringir qualquer disposição legal vigente no País;

c) praticar delitos, desviar dinheiro ou prejudicar o patrimônio da **ACDD** e/ou praticar atos ou utilizar-se do nome da **ACDD**, em proveito próprio, tanto patrimonial como pessoal;

d) utilizar, indevidamente, o nome da **ACDD**, em quaisquer negócios, obras ou programas e/ou praticar qualquer ato que implique desabono ou descrédito da **ACDD** e de seus membros;

e) Ficar inadimplente por período maior que 06 (seis) meses.

§1º – A exclusão do associado somente será admissível havendo justa causa, nos termos das alíneas supra citadas. Contudo, estando omissa qualquer conduta, neste Estatuto, poderá também ocorrer à exclusão do associado se sua conduta for reconhecida pela maioria simples dos presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim.

§2º – A demissão voluntária, ou seja, a renúncia do associado poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante requerimento do associado, endereçado ao Presidente da ACDD. Não há critérios a serem estabelecidos para determinar a renúncia do associado, pois este poderá renunciar por motivos particulares, por meio de declaração unilateral de vontade.

§3º - Definida a Justa Causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação.



ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 – Sala 507 - Guarulhos – SP – Brasil – CEP.: CEP 07020-010
contato@acdd.org.br

§4º - Após decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente de apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária do Conselho Diretor, por maioria simples de votos dos diretores presentes.

§5º - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembléia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão do Conselho Diretor ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembléia Geral.

§6º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for.

§ 7º - O associado excluído por falta de pagamento, poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DA ACDD, SUAS CLASSIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS

- **DA CLASSIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ACDD**

Artigo 20 – São órgãos que constituem o corpo administrativo da **ACDD**:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Diretor;
- c) Conselho Fiscal;

SEÇÃO I

- **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Artigo 21 - A Assembléia Geral é o órgão soberano da **ACDD** e será constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos.

Artigo 22 - Cada associado pessoa jurídica deverá ser representado na forma de seus estatutos.

Artigo 23 – Cada associado, pessoa jurídica ou física, terá direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais.

Artigo 24 - A Assembleia Geral reunir-se-á:

- a) ordinariamente uma vez por ano, em data, com a finalidade de: (I) examinar e aprovar o relatório anual de atividades e orçamento, as contas e o balanço da **ACDD** relativos ao exercício anterior; (II) eleger os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal; e (III) deliberar outros assuntos de interesse social;
- b) extraordinariamente, sempre que qualquer membro do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal ou 1/5 (um quinto) de todos os associados julgar conveniente.

Artigo 25 - A convocação da Assembleia Geral far-se-á com antecedência mínima de 10 (dez) dias, antes do evento, por meio de edital afixado no quadro de avisos localizado na sede da **ACDD** e divulgação por via eletrônica e site.



Handwritten signature

Handwritten signature

ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 – Sala 507 – Guarulhos - SP - Brasil – CEP.: CEP 07020-010
contato@acdd.org.br



Artigo 26 - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- interpretar o Estatuto Social e resolver suas lacunas e eleger ou destituir os integrantes dos Conselhos Diretor e Conselho Fiscal da ACDD;
- modificar o presente Estatuto Social, mediante parecer do Conselho Diretor e deliberar sobre recursos ou requerimentos de associados;
- analisar e aprovar o relatório anual de atividades, as demonstrações financeiras e o balanço da **ACDD**, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal;
- deliberar sobre a dissolução da **ACDD** e determinar diretrizes básicas para utilização dos recursos do fundo de promoção social da entidade, a serem elaboradas pelo Conselho Diretor;
- determinar a aceitação de novos associados e decidir sobre todos os demais assuntos que não tenham sido atribuídos especificamente a outros órgãos da **ACDD** e que se relacionarem com os fins do mesmo; e
- aprovar o Regimento Interno da **ACDD** que deverá ser apresentado à Assembleia Geral pelo Conselho Diretor e conterá as regras e procedimentos operacionais da **ACDD**.
- Receber, analisar e julgar o recurso do associado excluído, que deverá fazê-lo nos termos do Regimento Interno da **ACDD**.

Parágrafo único – O presente ato constitutivo - estatuto social da ACDD - poderá ser alterado pela Assembleia Geral sempre que houver necessidade de atendimento à legislação vigente, quando este for omissivo a algum assunto de interesse administrativo ou comum aos associados, bem como quando necessitar de reforma para atualização.

Artigo 27 - As Assembleias Gerais instalar-se-ão na sede da **ACDD**, ou em local previamente definido e indicado pelo Conselho Diretor, em primeira convocação, com a maioria absoluta (metade mais um) dos associados que estiverem atendendo ao disposto neste estatuto e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

Artigo 28 - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, exceto se maior "quorum" for exigido conforme disposições contidas neste Estatuto Social. Em caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho Diretor o voto de qualidade.

Parágrafo único - A presença do presidente do Conselho Diretor, ou em caso de seu impedimento, de seu representante, nos termos deste Estatuto, é obrigatória para instalação da Assembleia Geral.

Artigo 29 – A eleição e destituição do Presidente do Conselho deverá ser aprovada por 2/3 (dois terços) dos associados presentes em Assembleia Geral.

Artigo 30 - O Estatuto poderá ser alterado pela Assembleia Geral, da qual participem pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados e por deliberação de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos associados com direito a voto, pessoa física ou jurídica.

Artigo 31 - As decisões tomadas em Assembleia Geral serão lavradas em ata, contendo o teor das deliberações e matérias aprovadas.

SEÇÃO II

• DO CONSELHO DIRETOR

ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 – Sala 507 - Guarulhos – SP – Brasil – CEP.: CEP 07020-010

contato@acdd.org.br

Artigo 32 – A ACDD será administrada por um Conselho Diretor, composto de até 04 (quatro) pessoas, sendo: (i) 01 (um) Presidente do Conselho Diretor; (ii) 01 (um) Vice Presidente, e (iii) 01 (um) Diretor Tesoureiro e (iv) 01 (um) Diretor Executivo, todos eleitos ou destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição para mais 01 (um) mandato.



Artigo 33 – Compete ao Conselho Diretor:

- a) contratar, supervisionar e, eventualmente, demitir um Superintendente e/ou Gestor Executivo remunerado, bem como indicar Diretores de departamentos, na medida do necessário;
- b) Validar a admissão de associados, aprovado em Assembleia Geral, bem como abrir, movimentar e fechar contas em instituições financeiras, sempre mediante as assinaturas e dois membros do Conselho Diretor, dos quais obrigatoriamente uma deve ser a do Presidente ou do Superintendente a quem tenha sido concedido procurações para tanto pelo Presidente e pelo Diretor Tesoureiro, conjuntamente;
- c) Promover a realização dos objetivos sociais da ACDD, elaborando e executando planos de ação anuais pertinentes;
- d) Criar e prover os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos da ACDD, com poderes para admitir e dispensar funcionários em qualquer regime de contratação (CLT ou contrato de autônomos), podendo delegar estas atribuições, por intermédio de procuração, ao Superintendente;
- e) Promover e incrementar as relações de amizade e colaboração com entidades congêneres, bem como submeter ao Conselho Fiscal o balanço anual e a respectiva CONTA DE RESULTADOS;
- f) Apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório anual das atividades da ACDD, bem como o orçamento para o exercício seguinte;
- g) Representar a ACDD no país e no exterior, particularmente junto às entidades internacionais às quais estiver filiada, bem como criar e dissolver conselhos e comissões para assuntos nacionais e internacionais;
- h) Aprovar o Regimento Interno elaborado, bem como julgar e aplicar as penalidades do Regimento Interno;
- i) Sancionar, com a penalidade de Exclusão, qualquer associado que infringir ao artigo 18, deste Estatuto;
- j) Representar a ACDD tanto no polo ativo ou passivo, bem como nas vias judiciais e extrajudiciais.

Artigo 34 - As reuniões do Conselho Diretor deverão observar as seguintes disposições:

- a) poderão ser convocadas a qualquer tempo e por qualquer um de seus membros, através de edital de convocação, fixado no quadro de avisos na sede da ACDD, por e-mail ou mensagem de texto, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, mencionando data, hora, local e a ordem do dia;
- b) a instalação ocorrerá com, no mínimo, 2 (dois) membros, sendo um deles, obrigatoriamente o Presidente do Conselho Diretor, sendo certo que as deliberações serão tomadas por maioria de votos e serão lavradas atas de cada reunião em livro próprio; e
- c) caso algum de seus membros esteja impedido de participar, este poderá se fazer representar por outro membro, o qual deverá apresentar a procuração com poderes especiais e expressos para votar sobre os assuntos em pauta.

Artigo 35 - Os integrantes do Conselho Diretor não poderão concorrer, nem poderão ser eleitos para o cargo de Conselheiro Fiscal, em exercícios coincidentes.

Artigo 36 - São atribuições exclusivas do Presidente do Conselho Diretor:

- a) zelar pelo cumprimento do Estatuto Social da ACDD, bem como subscrever as atas oriundas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;

8

ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 – Sala 507 – Guarulhos – SP – Brasil – CEP.: CEP 07020-010
contato@acdd.org.br

GUARULHOS - SP
159545
1º Oficial de Registro Civil
de Pessoa Jurídica

- b) designar comissões para a execução de tarefas aprovadas pelos demais Conselhos e/ou pela Assembleia Geral e ainda presidir as reuniões do Conselho Diretor e apresentar suas recomendações à Assembleia Geral;
- c) junto com o Diretor Tesoureiro, exercer as funções de tesouraria para receber e custodiar os fundos e valores da **ACDD**, **bem como** efetuar pagamentos e movimentar contas bancárias em conjunto com o Diretor Secretario ou com o Diretor Tesoureiro; e
- d) realizar outros atos específicos cuja execução lhe tenha sido delegada pela Assembleia Geral ou demais Conselhos.

Artigo 37 - Ao Vice-Presidente compete:

- a) auxiliar o Presidente, substituí-lo em sua ausência e eventuais impedimentos e exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas pelo Presidente.

Artigo 38 - Compete ao Diretor Executivo:

- a) manter os arquivos de todas as reuniões da **ACDD** e todos os registros, exceto aqueles de natureza financeira, bem como fornecer informações sobre a **ACDD** aos membros e não membros e manter lista de membros, contas e taxas pagas pelos membros, bem como cuidar das correspondências e publicar os informativos da **ACDD**;
- b) auxiliar o Diretor Presidente e ainda executar a administração da **ACDD** e a gestão das atividades envolvidas e ainda representar a **ACDD** perante órgãos públicos, mídia, sociedades de classe, associações e perante a sociedade em geral;

Artigo 39 - Compete ao Diretor Tesoureiro:

- a) preparar o orçamento e cobrar as quotas de contribuição em atraso e manter os livros de contabilidade completos e precisos, mostrando todos os recebimentos e desembolsos;
- b) apresentar relatórios financeiros das atividades da **ACDD** durante a Assembleia Geral Ordinária e supervisionar a Tesouraria e, na ausência do Superintendente, o expediente da Secretaria.
- c) Propor ao Conselho Diretor a contratação de serviços de contabilidade e auditoria e ainda realizar quaisquer outras atividades pertinentes ao cargo.

Artigo 40 - A **ACDD** será representada, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, (I) pelo Presidente do Conselho Diretor em conjunto com o Diretor Executivo; (II) Presidente do Conselho Diretor em conjunto com o Diretor Tesoureiro; (III) Diretor Executivo em conjunto com o Diretor Tesoureiro; e (IV) qualquer dos anteriores em conjunto com um procurador com poderes específicos, observadas as demais disposições deste estatuto.

Parágrafo Único - As procurações outorgadas em nome da **ACDD** deverão ser sempre assinadas, conjuntamente, por 02 (dois) Diretores e, além de especificar os poderes, terão prazo de validade máximo de 01 (um) ano, à exceção das procurações outorgadas com cláusula "ad judícia", as quais poderão ter prazo indeterminado.

Artigo 41 - Todos os eventos a serem realizados em nome da **ACDD** dependem da aprovação prévia e expressa do Conselho Diretor.

Artigo 42 - A Conselho Diretor, conforme já indicado no artigo 33, alínea "a", poderá indicar um Superintendente e/ou Gestor Remunerado, que deverá ser aprovado em Assembleia Geral, a este Superintendente e/ou Gestor, será atribuído:

ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 - Sala 507 - Guarulhos - SP - Brasil - CEP.: CEP 07020-010

contato@acdd.org.br



- a) nomear ou demitir funcionários, empregados, contratados, auxiliares ou voluntários da **ACDD**, bem como administrar o setor administrativo da **ACDD**, bem como fixar e acompanhar os procedimentos e normas a serem adotados nos seus diversos departamentos;
- b) assessorar o *Presidente do Conselho Diretor* no exercício de suas funções próprias, podendo exercer qualquer uma delas a seu pedido;
- c) elaborar o relatório anual de atividades, bem como efetuar pagamentos e movimentar contas bancárias em conjunto com o *Presidente do Conselho Diretor* ou com o *Diretor Tesoureiro* e exercer as demais atribuições descritas neste Estatuto Social.

SEÇÃO III

• DO CONSELHO FISCAL

Artigo 43 – A **ACDD** terá um Conselho Fiscal, composto por 03 (três) membros, eleitos em Assembleia Geral, com vigência de 04 (quatro) anos cada mandato, podendo os seus membros serem reeleitos por mais um mandato.

Parágrafo único – A Eleição para o Conselho Fiscal se dará por indicação de nomes, pelo Conselho Diretor, que os levará em Assembleia Geral, na qual serão votados. Os Eleitos tomarão posse na mesma Assembleia Geral que os elegeu.

Artigo 44 – Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar os atos do Conselho Diretor e Superintendência, bem como examinar os livros contábeis e sociais, o relatório anual de atividades, as demonstrações financeiras e o balanço da **ACDD** emitindo parecer a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral;
- b) emitir parecer, quando solicitado pelo Conselho Diretor, ou pela Assembleia Geral, sobre assuntos financeiros de interesse da **ACDD**, bem como recomendar à Assembleia Geral a contratação de auditores externos independentes, quando julgar necessário e acompanhar o trabalho destes, bem como emitir parecer sobre a aplicação de recursos oriundos do Poder Público, sempre que solicitado pelo Conselho Diretor.

Artigo 45 – As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, sendo lavradas em livro próprio.

Parágrafo único – o Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, sempre antes da Assembleia Geral Ordinária e, extraordinariamente, por convocações de qualquer um de seus membros.

CAPÍTULO VI

• DA DISSOLUÇÃO

Artigo 46 - A **ACDD** poderá ser dissolvida, a qualquer tempo por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus Associados com direito ao voto, em Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para este fim.

Artigo 47 - Em caso de dissolução cabe à Assembleia Geral deliberar se transferirá o patrimônio social pelo voto da maioria dos Associados presentes, com direito a voto, a uma associação sem fins econômicos ou de caráter beneficente.

CAPÍTULO VII

ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD

Rua Emílio Ribas, 1056 - Sala 507 - Guarulhos - SP - Brasil - CEP.: CEP 07020-010
contato@acdd.org.br

155545

1º Oficial de Registro Civil
de Pessoa Jurídica

• DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 48- Os associados, bem como, os integrantes dos Conselhos não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela **ACDD**, salvo nos casos de excesso de mandato ou infração estatutária, ou legal.

§1º – Os recursos advindos dos Poderes Públicos deverão ser aplicados dentro do Município de sua sede, ou no caso de haver unidades prestadoras de serviço a ela vinculadas no âmbito do Estado cedente.

§2º – A **ACDD** presta serviços permanentes e sem qualquer discriminação.

§3º – A **ACDD** prestará seus serviços aos associados, identificando-os como **PACIENTES CRÔNICOS DO DIA A DIA** – para os pacientes de doenças crônicas ou **AMIGO CRÔNICO**, todos os que simpatizam com a causa.

Artigo 49 - O exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e findando em 31 de dezembro de cada ano. No final de cada exercício será levantado pela Diretoria um balanço geral das atividades da **ACDD** para ser apreciado e aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 50 – Os membros do conselho diretor ou de conselho fiscal poderão perder seus mandatos caso sejam enquadrados nos seguintes atos:

- infringir qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais e deixar de cumprir quaisquer de seus deveres e infringir qualquer disposição legal vigente no País;
- praticar delitos, desviar dinheiro ou prejudicar o patrimônio da **ACDD** e/ou praticar atos ou utilizar-se do nome da **ACDD**, em proveito próprio, tanto patrimonial como pessoal e utilizar, indevidamente, o nome da **ACDD** em quaisquer negócios, obras ou programas de forma a praticar qualquer ato que implique desabono ou descrédito da **ACDD** e de seus membros.

Artigo 51 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor “ad referendum” do voto da metade mais um dos membros do Conselho Fiscal, até a efetiva aprovação pela Assembleia Geral.

Guarulhos, 07 de março de 2018

PRISCILLA SAN MARTIN ELEXPE
CARDOSO
Presidente da ACDD

4º Tab.

PAULA PRADO KFOURI
Vice Presidente da ACDD

Sumaya Caldas Afif
OAB/SP 203.452

CARTÓRIO DO 1º TABELIAO DE NOTAS DE GUARULHOS
Reconheço Por Semelhança 1 Firma(s) SEM VALOR econômico de:
(1) PRISCILLA SAN MARTIN ELEXPE CARDOSO
Guarulhos, 03 de maio de 2018. Dou Fé. Pedido: 124

LOCIANO MARTINS DE SOUZA - ESCRIVENTE
Selo(s): 181549-AB

MIKA. Vlr: R\$ 6,09. C: 3110171 VALIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICAÇÃO



4^o TABELIÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca da Capital
 RUA ESTADOS UNIDOS, 455 - CEP: 01427-000 - FONE: (0XX11) 3884-3884
 Tabelião: Bel. OSVALDO CANHEO - Tabelião Substituto: Bel. ANTONIO CANHEO LEHO

RECONHECO por SEMELHANÇA S/ VALOR DECLARADO a firma(s) de:
 PAULA PRADO KFOURI
 São Paulo, 02 de maio de 2018.
 Em test. da verdade. P: 222
 JUCIANA LEAO XAVIER - Escrevente
 Viram 1,00. C:3546809 Selo(s): 426906-1038A8
 Válido somente com o selo de autenticidade.

FIRMA 1
 1038A B0626906

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E COM RASURAS

PRIMEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE GUARULHOS - SP

Rua Dona Olinda de Albuquerque, 157 - Centro - CEP 07110-050 - Fone (11) 2464-0935

Manoel Sanchez de Almeida - Oficial

Protocolizado sob o Nº 079457 em 10/04/2018,
 e registrado sob o Nº 155545 em 09/05/2018.

P.457

Guarulhos, 09/05/2018

NATANAEL RODRIGUES
 ESCRIVENTE

Emol.	R\$ 234,94
Estado	R\$ 66,70
IPESP	R\$ 45,80
Reg.Civil	R\$ 12,32
T.Justica	R\$ 16,09
ISS	R\$ 11,48
M. Público	R\$ 11,33
Outros/Dilig	R\$ 0,00
Total	R\$ 398,66





**1º TABELIÃO DE NOTAS
GUARULHOS - SP
COMARCA DE GUARULHOS
MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS**



1º TRASLADO

LIVRO: 1284

PÁGINAS: 009/012

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA – ACDD.

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois (**18/05/2022**), nesta cidade e comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, no 1º Tabelião de Notas, perante mim Tabelião Substituto, compareceu como OUTORGANTE: **ASSOCIAÇÃO CRÔNICOS DO DIA A DIA - ACDD**, sediada à Rua São João D'Aliança, nº 282, bairro Vila Rosália, Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP: 07064-130, inscrita no CNPJ sob nº **30.460.064/0001-36**, com seu Estatuto Social aprovado na Ata de Assembléia Extraordinária, realizada aos 29 de março de 2022, registrada no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica desta Comarca, registrada eletronicamente sob nº **159.774** em 04/05/2022, e averbado no registro primitivo nº 158962 no Livro B, assinado eletronicamente pelo substituto do Oficial, Raul Lima de Almeida Junior, cujas cópias ficam arquivadas nestas notas, na pasta nº 465, ordem nº 179/183, neste ato representada de acordo com o Estatuto Social, por sua Presidente, **PRISCILLA SAN MARTIN ELEXPE CARDOSO**, brasileira, solteira, maior, filha de Galmar Marcos Cardoso e de Maria Teresa San Martin Elexpe Cardoso, nascida aos 19/07/1993, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, médica veterinária, portadora da cédula de identidade RG nº 44.084.307-8-SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 436.716.958-89, endereço eletrônico: pri.elexpe@gmail.com, telefone: (11) 98651-7771, residente e domiciliada na Rua São João D'Aliança, nº 282, bairro Vila Rosália, Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP: 07064-130; e seu Diretor Tesoureiro, **VICTOR LUIZ BARRANCO PIRES DE ARAÚJO**, brasileiro, solteiro, filho de Luiz Natal Pires de Araujo e de Rosmeire Barranco Pires de Araujo, nascido aos 18/09/1981, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, contabilista, portador da cédula de identidade RG nº 25.446.818-4-SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 222.387-258-14, endereço eletrônico: diretoria@barrancoepires.com.br, telefone: (11) 94002-1905, residente e domiciliado na Rua Ceará, nº 56, bairro Vila Galvão, Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP: 07070-080. Os presentes capazes e, face a documentação apresentada, foram identificados como os próprios por mim Escrevente, do que dou fé. E, pela OUTORGANTE na forma representada, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador: **GUSTAVO SAN MARTIN ELEXPE CARDOSO**, brasileiro, solteiro, maior, filho de



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

Galmar Marcos Cardoso e de Maria Teresa San Martin Elexpe Cardoso, nascido aos 30/11/1986, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 30.000.257-9-SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 344.791.728-82, endereço eletrônico: gustavo@amigosmultiplos.org.br, telefone: (11)99700-2800, residente e domiciliado na Rua São João D'Aliança, nº 308, bairro Vila Rosália, Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP: 07064-130, a quem confere I) amplos, gerais e ilimitados poderes para o fim especial de gerir, administrá-la e tratar de todos os negócios; admitir e demitir empregados, assinar, alterar e rescindir contratos empregatícios; podendo ainda representá-la perante a emissão de certificado digital, junto a ICP Brasil, ou em qualquer um órgão certificador e seus representantes, podendo emitir, revogar, praticando enfim todos os demais atos necessários para o mais completo e fiel desempenho do presente mandato; II) amplos, gerais e ilimitados poderes para comprar, vender, alugar, doar, permutar, gravar ou qualquer outra forma onerar ou prometer fazê-lo, sejam bens móveis, imóveis, direitos, ações e valores, assinar compromissos e obrigações; ajustar cláusulas, condições, preços, dar e receber quaisquer garantias; efetuar pagamentos e recebimentos de um modo geral, passar recibos, dar e aceitar quitações; receber dinheiro, juros, dividendos e demais importâncias devidas a ela outorgante, por qualquer título e por quem quer que seja, amigável ou judicialmente; III) representá-la perante estabelecimentos bancários e de crédito em geral, Banco Bradesco, Banco Itaú S.A., Banco Santander, Banco do Brasil e em especial junto ao Banco Caixa Econômica Federal e suas agências, movimentando-as e encerrando-as, podendo assinar contratos ou propostas de abertura de contas bancárias, cédulas de Crédito bancário, contratar cartão de crédito, podendo ainda o dito procurador solicitar aplicações financeiras, efetuar operações de financiamentos e/ou empréstimos com ou sem garantia, podendo assinar instrumentos de crédito, ainda ajustar os valores, cláusula e condições do financiamento e/ou empréstimo, assinar propostas e orçamentos, receber e dar quaisquer quantias podendo assinar menções adicionais, aditivos de quaisquer espécie, inclusive de substituição e remoção de garantia e elevação de crédito, utilizar o crédito aberto na forma e pelos meios que forem ajustados, assinar o que for necessário inclusive cadastrar senhas e desbloquear, fazer recadastramento e pedido de novo cartão magnético, liberá-lo, cadastrar novas senhas, receber e dar quitação, solicitar saldos e extratos por meio de cartão magnético, inclusive efetuar transações via internet banking, efetuar cobranças bancárias, fazer declarações, justificações, requerimentos, reclamações, exigir, transigir, concordar, discordar, assinar livros e termos, efetuar DOCs e TEDs, emitir e endossar cheques, sustar pagamentos de cheques, fazer retiradas mediante recibos, autorizar emissão de ordens de pagamento mediante debito em contas, autorizar débitos, pagamentos eletrônicos,



**1º TABELIÃO DE NOTAS
GUARULHOS - SP
COMARCA DE GUARULHOS
MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS**



transferências e pagamentos por meio de cartas, solicitar saldos, extratos de contas e requisitar talões de cheques para o uso da outorgante, receber quaisquer importâncias devidas, por qualquer título e por quem quer que seja, passando os necessários recibos e dando quitações, emitir endossar, aceitar, avalizar, duplicatas, notas promissórias, letras de cambio, caucionar e entregar para cobrança bancária duplicatas, letras de cambio e notas promissórias, assinando os respectivos contratos, propostas e borderôs, assinar toda a correspondência da outorgante, inclusive a dirigida aos bancos, dando instruções sobre títulos, autorizando abatimentos, descontos, prorrogações de vencimentos, entregar franco de pagamento, protestos e o que mais preciso for, autorizar transferências bancárias, entre contas pertencentes à outorgante, cobrar e receber quaisquer importâncias devidas à outorgante pagas em cheques nominativos ou à sua ordem, passando os competentes recibos e dando quitação, solicitar saldos e extratos bancários, requisitar e retirar talões de cheques relativos às contas bancárias mantidas pela outorgante, fazer recadastramentos de qualquer natureza, praticando enfim todos os demais atos necessários para o mais completo e fiel desempenho do presente mandato; IV) representá-la perante as repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, agência dos correios e telégrafos, Receita Federal, delegacias ou outras secretarias ou órgãos, Ministério do Trabalho, Embaixadas, Consulados, Ministério da Saúde, em todos seus Departamentos e em todas as Unidades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA em todo o território nacional; Departamento Nacional de Transportes; Ministério dos Transportes; Terminais Retroportuários; Companhias de Transportes Aéreos e Marítimos e perante o Departamento da Marinha Mercante – DMM, as Capitânicas dos Portos; Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e em qualquer um de seus Aeroportos e em qualquer um de seus órgãos; Imobiliárias, inclusive podendo receber aluguéis e indenizações, mover ação de despejo, se necessário, assinando convenções de condomínio e comparecer em assembléias de condomínios com os mais amplos e gerais poderes; Poupa Tempo, Companhias de Energia Elétrica, Companhia de Água e Saneamento - SAAE e nestes requerer, receber, apresentar, alegar, juntar, promover defesas administrativas, interpor recursos, retirar certidões, prestar declarações ou esclarecimentos; V) representá-la junto ao DETRAN, CIRETRAN, POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL, POLICIA MILITAR, POLICIA RODOVIÁRIA ESTADUAL, BATALHÃO RODOVIÁRIO ESTADUAL, DELEGACIAS DE POLICIA, e onde mais se apresentar e necessário for, com seguintes fins: promover, liquidar e regularização dos papeis e documentos do veículo de interesse da outorgante, podendo apresentar, retirar, juntar, desentranhar, protocolar, reclamar e assinar guias, termos, fazer vistoria e re-vistorias, declarações e outro papéis e documentos, requerer e retirar certidões,



VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

pagar multas, reclamar e recorrer das indevidamente lançadas; apresentar e receber documentos, solicitar 2º via de documentos, DUT e CRLV e documentos pertinentes; podendo inclusive efetuar pagamentos de taxas, multas e o que mais preciso; e VI) representá-la junto ao Fórum em geral, em qualquer juízo, instancia ou tribunal, podendo receber e proceder citações e notificações, prestar depoimentos, aceitar ou não cláusulas, valores e condições, contratar e constituir advogados com poderes da cláusula "AD JUDICIA" além dos especiais para transigir, confessar, desistir, fazer acordos, assumir compromissos de qualquer natureza; prestar primeiras, ultimas e demais declarações, concordar e impugnar contras, laudos, avaliações e habilitações; juntar, assinar e desentranhar documentos; propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, seguindo-se umas e outras até final decisão; enfiar praticar todos demais atos ao fiel cumprimento deste mandato, quando do impedimento do Presidente, enfim, tudo o que for de interesse da outorgante, **com o direito de substabelecer**, com prazo de validade até o **dia vinte e nove de março do ano de dois mil e vinte e seis (29/03/2026)**. Assim o disse, do que dou fé, me pediu e eu lhe lavrei o presente instrumento, que depois de lido e achado conforme, aceita, outorga e assina, com a dispensa das testemunhas instrumentárias, nos termos do provimento 58/89 da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, do que dou fé. Tabelião: R\$162,60; Estado: R\$46,22; Sec. Faz.: R\$31,63; Município: R\$8,13; Min. Público: R\$7,81; Reg. Civil: R\$8,56; Trib. Just.: R\$11,16; Sta. Casa: R\$1,63; Total: R\$277,74; Proc.: 237243. Selo digital: 1222831PR000000008756922D. Eu, FABIANO MARTINS E SOUZA, escrevente, a lavrei.- Eu, MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS, Tabelião Designado, a subscrevo.(a.a.) PRISCILLA SAN MARTIN ELEXPE CARDOSO // VICTOR LUIZ BARRANCO PIRES DE ARAÚJO // O Tabelião Designado, MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS (Legalmente selada). - NADA MAIS.- Trasladada fielmente na data retro.- Eu, MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS, Tabelião Designado, a conferi, a subscrevo e assino em público e raso.-

Acesse:
<https://selodigital.tjsp.jus.br>



EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE

MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS
TABELIÃO DESIGNADO

